



HISTÓRIA

46. É a partir do século VIII a.C. que começamos a entrever, em diferentes regiões do Mediterrâneo, o progressivo surgimento das cidades-Estados ou pólis. Elas formaram a organização social e política dominante das comunidades organizadas ao longo do Mediterrâneo nos séculos seguintes.

Norberto Luiz Guarinello, *História Antiga*, 2013, p. 77. (Adaptado)

Nas pólis, é **correto**

- a) assinalar a crescente importância da mulher e da família nos espaços públicos.
- b) reconhecer a presença de espaços públicos, caso da ágora.
- c) destacar uma característica: a inexistência de espaços rurais.
- d) identificar a acumulação de capital pela ação do Estado.
- e) apontar para a sua essência: a organização urbana estruturada para a guerra.

Resolução:

Com o surgimento das cidades-Estado ou *pólis* gregas a partir do século VIII a.C., ganharam importância os espaços públicos, com destaque para as Ágoras, onde eram tomadas as decisões políticas no interior das *pólis*.

Alternativa B

47. (...) *quais mecanismos levaram à escravidão nas sociedades africanas do século VII ao século XV?*
(...) *Genericamente, a escravidão esteve presente na África como um todo, fazendo-se necessário observar as especificidades históricas próprias de complexos sociais e políticos e das formas de poder das diversas sociedades africanas. Mas é fundamental acrescentar que a dinâmica e a intensidade da escravidão no continente africano tem a ver com a maior ou menor demanda do tráfico atlântico gerada pelo expansionismo europeu na América. Isso acarreta mudanças sociais na África, como a expansão e a subsequente transformação da poligenia, o desenvolvimento de diferentes tipos de escravidão no continente, além do empobrecimento de uma classe de mercadores africanos.*

Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, 2008, p. 37-8.

A partir do fragmento, é **correto** afirmar que

- a) a maior mudança ocorrida na África, após a imposição do colonialismo ibérico, esteve relacionada com a passagem da mercantilização do trabalho compulsório para formas mais brandas de exploração da escravidão, com o avanço de direitos para os africanos convertidos ao cristianismo.
- b) a chegada do colonialismo europeu na África subsaariana foi fundamental para o desenvolvimento do continente, em razão da organização do tráfico intercontinental de escravos, permitindo que a maior parte das rendas advindas dessa atividade ficasse no próprio continente.
- c) a existência da escravidão na África negra era desconhecida até a chegada dos primeiros exploradores coloniais, caso dos portugueses, que impuseram essa forma de organização do trabalho, condição necessária para a posterior acumulação de capitais entre as elites regionais africanas.
- d) as práticas de utilização do trabalho compulsório em todo o território africano, até a chegada dos exploradores europeus, estavam articuladas com a essência da religiosidade do continente, caracterizada pela concepção de que os sacrifícios materiais levavam os homens à graça divina.
- e) a escravidão existente no continente africano, antes da expansão marítima, tinha uma multiplicidade de características, sendo inclusive doméstica, e o tráfico de escravos, para atender aos interesses mercantilistas europeus, trouxe decisivas transformações para as inúmeras regiões da África.

Resolução:

A questão aponta a existência da escravidão no continente africano, antes mesmo da expansão marítimo-comercial europeia nos séculos XV e XVI, mas ressalta que, após esse período, a prática no continente foi influenciada pela demanda do tráfico atlântico. Além disso, o texto evidencia a existência de uma multiplicidade de características dessa escravidão, ligadas às especificidades históricas próprias de complexos sociais e políticos e das formas de poder das diversas sociedades africanas.

Alternativa E



48. Leia o documento de 1346.

(...) se qualquer pessoa do dito ofício sofrer de pobreza pela idade, ou porque não possa trabalhar terá toda semana 7 dinheiros para seu sustento (...)

E nenhum estrangeiro trabalhará no dito ofício se não for aprendiz, ou homem admitido à cidadania do dito lugar.

(...) E se alguém do dito ofício tiver em sua casa trabalho que não possa completar... os demais do mesmo ofício o ajudarão, para que o dito trabalho não se perca.

(...) Prestando perante eles o juramento de indagar e pesquisar (...) os erros que encontrarem no dito comércio, sem poupar ninguém, por amizade ou ódio.

Ninguém que não tenha sido aprendiz e não tenha concluído seu termo de aprendizado do dito ofício poderá exercer o mesmo.

Apud Leo Huberman, *História da riqueza do homem*, 1970, p. 65.

A partir do documento, é possível reconhecer as principais características das corporações de ofícios, a saber:

- solidariedade; defesa do livre mercado para além da cidade; regras flexíveis para seus membros, inclusive estrangeiros, que poderiam exercer vários ofícios.
- defesa do monopólio do mercado da cidade; exclusão de estrangeiros; controle de qualidade do trabalho para evitar práticas desonestas e espírito de fraternidade.
- ausência de controle do trabalho; monopólio do mercado da cidade; admissão de estrangeiros; incentivo à competição e admissão de aprendizes de diferentes ofícios.
- emprego de aprendizes desqualificados; liberdade de preço dos produtos; exclusão de estrangeiros; espírito de fraternidade e produção de vários tipos de produtos.
- produção com controle de qualidade; admissão de artesãos sem aprendizado anterior; defesa da concorrência entre os artesãos e livre mercado de preços dos produtos.

Resolução:

A partir da análise dos fragmentos acerca das características das corporações de ofício, podemos depreender a defesa do monopólio do mercado na cidade como meio de impedir a concorrência de estrangeiros que não fossem cidadãos do lugar e o controle de qualidade a partir de um rígido rigor no exercício do ofício.

No entanto, o texto não deixa clara a exclusão de estrangeiros, quando aponta que estes poderiam produzir na qualidade de aprendizes e que, portanto, não estariam completamente excluídos da participação nas corporações de ofício, tornando a alternativa em questão ambígua.

Alternativa B

49. O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

Eli F. Heckscher, *La época mercantilista*, 1943, p. 459-461

Apud Adhemar Marques e et alii (seleção),

História moderna através de textos, 1989, p. 85. (Adaptado)

Segundo o autor,

- as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.
- as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.
- o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

Resolução:

O mercantilismo foi a política econômica adotada pelos Estados Absolutistas durante a Era Moderna. Nesse sentido, visava à acumulação de capitais por parte do Estado por meio de uma série de mecanismos de intervenção na economia. Tais medidas visavam ao fortalecimento do Estado e desvinculavam-se dos interesses da maioria dos súditos.

Alternativa C

50. *A interrupção desse fluxo comercial levaria os negociantes e financistas da República a fundarem a Companhia das Índias Ocidentais (1621). (...)*

O historiador Charles Boxer considera que esse conflito, por produtos e mercados, entre o Império Habsburgo e as Províncias Unidas, foi tão generalizado que pode ser considerado, de fato, a Primeira Guerra Mundial, pois atingiu os quatro cantos do mundo.

Regina Célia Gonçalves, *Fim do domínio holandês*
In Circe Bittencourt (org), *Dicionário de datas da história do Brasil*.

Acerca do fragmento, que aborda o conflito entre o Império Espanhol e as Repúblicas das Províncias Unidas, nas primeiras décadas do século XVII, é **correto** afirmar que

- a) os fundamentos da presença holandesa em todos os domínios coloniais portugueses devem ser associados à conjuntura de guerra religiosa dominante na Europa, cabendo aos representantes batavos, prioritariamente, impor o calvinismo nas regiões recém-conquistadas, caso de Angola.
- b) as práticas holandesas de desrespeito aos domínios coloniais das outras potências europeias, especialmente Portugal e França, determinaram uma onda permanente de guerras entre essas potências, gerando o isolamento estratégico das companhias de comércio de capital holandês.
- c) a presença holandesa no Nordeste brasileiro, visando ao comando da produção açucareira, fez parte de um processo mais amplo, porque esteve associada ao domínio de espaços fornecedores de escravos na África, além de outros domínios no Oriente, até então sob o domínio português.
- d) o maior interesse da companhia de comércio holandesa era a exploração mineral na América portuguesa e, para atingir esse objetivo, optou pela entrada no Brasil por meio do Nordeste açucareiro, porque era uma região menos protegida militarmente e mais aberta à influência estrangeira.
- e) a disputa por espaços coloniais no Caribe e na região oeste da América do Norte gerou uma guerra europeia de grandes proporções, envolvendo as principais monarquias do continente e obrigando a Espanha a se aliar à França e à Inglaterra, com o intuito de se defender da marinha de guerra holandesa.

Resolução:

A questão trata dos conflitos entre o Império Habsburgo e a burguesia financeira das Províncias Unidas (Países Baixos) ao longo dos séculos XVI e XVII. Após a independência, em 1581, o Império Habsburgo aplicou um conjunto de sanções econômicas aos mercadores calvinistas da região, impedindo, dessa maneira, a participação do grupo mercantil nos negócios ligados às Índias

Ocidentais e, sobretudo, nas regiões do nordeste açucareiro, na época em poder do Império Habsburgo, dada a União Ibérica a partir de 1580.

Nesse sentido, ao longo do século XVII os conflitos se acirraram e ganharam dimensões planetárias, com disputas territoriais nos quatro cantos do mundo, incluindo a ocupação do Nordeste brasileiro e a conquista de colônias portuguesas na África e na Ásia.

Alternativa C

51. Caracteriza a agricultura colonial no Brasil do final do século XVIII:

- a) a importância alcançada pela produção de tabaco em São Paulo e em Minas Gerais, que ocorreu após o Conselho Ultramarino ter permitido esse cultivo, o que favoreceu a sua troca com manufaturas inglesas e francesas.
- b) um novo produto, o trigo, foi beneficiado pela estrutura originada da Revolução Industrial, que aprofundou a divisão entre os papéis a serem exercidos pelas nações, isto é, as ricas, produtoras de industrializados e, as pobres, de matérias-primas.
- c) o valor especial adquirido pelo extrativismo no Norte do Brasil, com o guaraná, que concorreu com os produtos agrícolas tradicionais, como o açúcar, permitiu um rápido desenvolvimento dessa região e a sua articulação com o restante da colônia.
- d) o revigoração da produção de açúcar e o desenvolvimento do cultivo do algodão decorrentes, principalmente, de alguns fatos internacionais importantes, em especial, a independência das treze colônias inglesas e a Revolução Haitiana.
- e) o aparecimento do café na pauta de exportações coloniais, o que revolucionou as relações entre o Estado português e a elite escravista, pois a sustentação econômica da metrópole exigiu o abrandamento das restrições mercantilistas.

Resolução:

A agricultura colonial brasileira no final do século XVIII pode ser relacionada ao revigoração da produção açucareira e à eclosão do Ciclo do Algodão na região do Maranhão, em consequência da Guerra de Independência das Treze Colônias (1776 a 1783) e da Revolução Industrial na Inglaterra, em meados do século.

Alternativa D



52. *É a América Latina, as regiões das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital estrangeiro e como tal acumula-se até hoje. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social.*

Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, 1978, p. 14 e 281. (Adaptado)

A partir do texto, é **correto** afirmar que

- a) a luta na América pela ruptura do domínio espanhol manteve o poder econômico dos criollos, somado ao poder político que preservou a estrutura colonial, inclusive a escravidão, e garantiu o livre comércio aos britânicos, enquanto a maioria desapropriada, que lutou pela terra, continuou pobre e excluída, submetida à elite, dominante internamente e dominada externamente.
- b) o processo de independência da América Latina transformou a estrutura colonial, na medida em que a elite crioula aboliu a escravidão e promoveu a reforma agrária, diminuindo as distâncias sociais, ou seja, elaborou um projeto social próprio, o que afastou os interesses britânicos, estimulou os investimentos nacionais e fez o Estado assumir sua própria identidade latino-americana.
- c) o movimento de emancipação latino-americano restringiu-se aos aspectos culturais, ou seja, não ocorreu a descolonização, pois a estrutura colonial permaneceu, exceção à escravidão, obstáculo ao avanço do liberalismo, abolida pelos criollos para garantir o consumo dos produtos franceses, já que o projeto político dos proprietários estava em sintonia com os interesses externos capitalistas.
- d) a ruptura latino-americana com a metrópole espanhola foi revolucionária, na medida em que as classes dominantes locais, os criollos, perderam o poder que tinham na estrutura colonial, graças à luta social dos não-proprietários que promoveram a descolonização e implantaram um projeto político identificado com os interesses populares, como o fim da escravidão, a reforma agrária e o voto universal.
- e) o movimento de quebra dos laços coloniais ocorreu de forma violenta, no qual a maioria não-proprietária teve papel decisivo, transformando a luta em uma causa social, destruindo a estrutura colonial e construindo um projeto político que atendeu tanto aos interesses dos criollos como aos dos ingleses, isto é, fornecer produtos para o mercado externo e consumir os produtos industrializados.

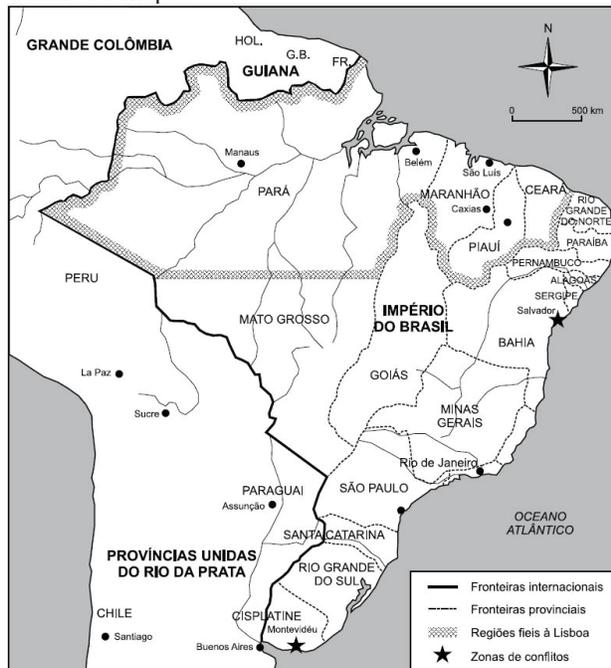
Resolução:

A questão aborda o processo de Independência da América Latina no século XIX e o relaciona com as permanências do período colonial que, por sua vez, mantiveram a dependência econômica da região em relação ao continente europeu.

No entanto, as alternativas apresentam certa ambiguidade, pois não fica claro qual o conceito de América Latina para a Banca Examinadora. Quando a Banca pontua que a maioria não proprietária teve papel decisivo e a quebra dos laços coloniais ocorreu de forma violenta, podemos associar ao processo de independência na América Espanhola, mas não na América Portuguesa, mesmo com as lutas que se estabeleceram na região. Portanto, ao considerarmos o Brasil e parte da América Latina, tal afirmação não fica clara e pode ser contestada.

Alternativa E

53. Observe o mapa.



Armelle Enders, *A nova história do Brasil*, p. 109.

Resolução:

A questão traz um mapa referente às desavenças ocorridas no território brasileiro, logo na sequência da Declaração de Independência, no qual o país se dividia entre as províncias do Norte e algumas do Nordeste, fiéis a Lisboa (Coroa lusa) e as províncias favoráveis à autonomia brasileira.

Alternativa D

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

- efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.
- ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.
- dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.
- foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando a guerras de independência.
- diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.



54. *A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para o país – conserva o sistema oligárquico (...) Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.*

Leon Pomer, *O Surgimento das Nações*, 1985, p. 40-42.

Fizemos a Itália; agora, precisamos fazer os italianos.

Massimo d'Azeglio apud E. J. Hobsbawm, *A Era do Capital*, 1977, p. 108.

A partir dos textos, é **correto** afirmar que

- apesar de ter nascido antes da nação, o Estado italiano, unificado em 1871, representou os interesses dos não-proprietários, o que implicou a defesa de mudanças revolucionárias, que tornaram o Estado não autoritário e permitiram a emergência do sentimento nacional, já fortificado pelas guerras de unificação.
- o Estado italiano, nascido em 1848, na luta da alta burguesia do norte pelo poder, representava os interesses liberais, isto é, a unidade do país como um alargamento do Estado piemontês, na defesa da pequena propriedade e do voto universal, condições para a consolidação do sentimento nacional que cria os italianos.
- em 1848, a criação do Estado italiano, pela burguesia do Reino das Duas Sicílias, foi uma vitória do liberalismo, pois a estrutura fundiária, baseada na grande propriedade, e a exclusão política dos não-proprietários permaneceram, encorajando os valores nacionais, condição para diminuir as diferenças regionais.
- em 1871, o processo de unificação e o sentimento nacional estavam intimamente ligados, na medida em que a classe proprietária do centro da península, vitoriosa na guerra contra a Áustria, absorveu os valores populares nacionais, o que legitimou a formação do Estado autoritário, defensor das desigualdades regionais.
- o Estado italiano nasceu antes da nação, em 1871, como uma construção artificial, frágil e autoritária da alta burguesia do norte, cujos interesses de dominação excluíram as mudanças revolucionárias e atrasaram a emergência do sentimento nacional, ainda estranho para a grande maioria das diferentes regiões da península.

Resolução:

A questão apresenta dois trechos que representam a dificuldade encontrada no processo de Unificação da Itália, pois, apesar de a nação nascer oficialmente em 1871, o Estado italiano já existia, embora de modo frágil, e atendia aos interesses apenas da alta burguesia do norte do país (Reino do Piemonte e Sardenha), dificultando o desenvolvimento de um sentimento de nacionalismo entre o povo local.

Alternativa E

55. *Em nome do direito de viver da humanidade, a colonização, agente da civilização, deverá tomar a seu encargo a valorização e a circulação das riquezas que possuidores fracos detenham sem benefício para eles próprios e para os demais.*

Age-se, assim, para o bem de todos. (...) [A Europa] está no comando e no comando deve permanecer.

Albert Sarraut, *Grandeza y servidumbres coloniales*
Apud Hector Bruit, *O Imperialismo*, 1987, p. 11

A partir do fragmento, é **correto** afirmar que

- a partilha afro-asiática da segunda metade do século XIX, liderada pela Inglaterra e França, fruto da expansão das relações capitalistas de produção, garantiu o controle de matérias-primas estratégicas para a indústria e a colonização como missão civilizadora da raça branca superior.
- o velho imperialismo do século XVI foi produto da revolução comercial pela procura de novos produtos e mercados para Portugal e Espanha que, por meio do exclusivo metropolitano e do direito de colonização sobre os povos inferiores, validando os superlucros da exploração colonial.
- o novo imperialismo da primeira metade do século XIX, na África e Oceania, consequência do capitalismo comercial, impôs o monopólio da produção colonial, em especial, para a Grã-Bretanha que, de forma pacífica, defendeu o direito de colonização sobre os povos inferiores.
- o colonialismo do século XVI, na África e Ásia, tornou essas regiões fontes de matérias-primas e mercados para a Europa, em especial, Alemanha e França, que por meio da guerra, submeteram os povos inferiores e promoveram a industrialização africana.
- a exploração da África e da Ásia na segunda metade do século XVII, pelas grandes potências industriais, foi um instrumento eficaz para a missão colonizadora daquelas áreas atrasadas e ampliou o domínio europeu em nome do progresso na medida em que implantou o monopólio comercial.

Resolução:

A questão apresenta o trecho de um texto que justifica o processo de exploração de matérias-primas nos continentes africano e asiático, os quais seriam fundamentais para as grandes potências industriais europeias (principalmente Inglaterra e França), mas inseriam esse processo de exploração dentro de um contexto de missão civilizadora, liderada pelos europeus em áreas vistas por esses como “menos desenvolvidas”, o que ficou conhecido como “Fardo do Homem Branco”.

Alternativa A

56. No livro de crônicas *Cidades Mortas*, o escritor Monteiro Lobato descreve o destino de ricas cidades cafeicultoras do Vale do Paraíba. Bananal, que chegou a ser a maior produtora de café da província de São Paulo, tornou-se uma “cidade morta”, que vive do esplendor do passado: transformou-se em uma estância turístico-histórica, mantendo poucas sedes majestosas conservadas, como a da Fazenda Resgate. A maioria, entretanto, está em ruínas. O fim da escravidão foi o fim dos barões. E também o fim do Império.

Sheila de Castro Faria, *Ciclo do café* In Luciano Figueiredo (org), *História do Brasil para ocupados*, 2013, p.164.

Sobre a conclusão apresentada no texto, é **correto** afirmar que

- a) a decadência econômica do vale do Paraíba tem fortes vínculos com as periódicas crises internacionais que reduziam a demanda pelo café, mas a causa central da derrocada do cultivo nessa região foi a ação do Império combatendo a imigração.
- b) o Centro-Sul, especialmente a região do vale do Paraíba, manteve uma constante crítica à Monarquia, em razão da defesa que esta fazia do federalismo, opondo-se ao centralismo político-administrativo, prejudicial aos negócios do café.
- c) a decadência da produção cafeeira no vale do Paraíba, relacionada aos problemas de solo, foi impulsionada pela abolição da escravatura, fato que levou os grandes proprietários de terra da região a retirarem o seu apoio à Monarquia.
- d) as divergências entre os cafeicultores do vale do Paraíba e a liderança do Partido Conservador cristalizaram-se com o fim do tráfico de escravos, culminando no rompimento definitivo com a lei do Ventre Livre.
- e) a posição antimonarquista dos cafeicultores do vale do Paraíba, fundadores do Partido Republicano, resultou na imposição de medidas, por parte da elite imperial, prejudiciais a essa elite, como a proibição da entrada de imigrantes.

Resolução:

1. A questão traz um trecho de um texto de Monteiro Lobato, o qual relaciona o fim da escravidão à decadência das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e à posterior queda do regime imperial brasileiro. Isso porque, após o fim da escravidão, por não terem recebido indenização pela perda de seus escravos, os cafeicultores da região deixaram de apoiar o governo imperial e passaram a incentivar os movimentos republicanos, ficando tais cafeicultores conhecidos como “republicanos do 13 de maio”.

Alternativa C

57. Esses anos [pós-guerra] também foram notáveis sob outro aspecto pois, à medida que o tempo passava, tornava-se evidente que aquela prosperidade não duraria. Dentro dela estavam contidas as sementes de sua própria destruição.

J. K. Galbraith, *Dias de boom e de desastre*
In J. M. Roberts (org), *História do Século XX*, 1974, p. 1331.

Segundo Galbraith,

- a) a crise do capitalismo norte-americano em 1929 não abalou os seus fundamentos porque foi gerada por ele mesmo, isto é, o funcionamento da economia provocou a superprodução agrícola e industrial, a especulação na bolsa de valores, e a expansão do crédito, o que garantiu os lucros aos empresários, diminuindo a desigual distribuição de renda com o recuo do desemprego.
- b) a época referida no texto diz respeito à crise dos anos 1950, pós-Segunda Guerra, portanto externa ao capitalismo dos Estados Unidos, uma vez que os Estados europeus, endividados e destruídos, continuaram a contrair empréstimos e a comprar produtos norte-americanos, e os empresários, internamente, especularam na bolsa de valores, para minimizar os efeitos do desemprego.
- c) nos fins dos anos 1920, com a economia desorganizada pela Primeira Guerra Mundial, o capitalismo norte-americano cresceu rumo à superprodução, com investimentos na indústria, à restrição ao crédito e ao controle da especulação na bolsa de valores, pois a crise foi motivada apenas por motivos internos, o que facilitou a intervenção do Estado.
- d) a crise de 1929 foi gerada pelo próprio funcionamento do capitalismo nos Estados Unidos dos anos 1920, em um clima de euforia com o aumento da produção, a especulação na bolsa de valores, a concentração de renda e o crédito fácil, sem intervenção do Estado, apesar da diminuição das importações europeias e dos crescentes índices de desemprego.
- e) a crise dos anos pós-Segunda Guerra Mundial mostrou a importância da ação do Estado, na medida em que a intervenção reduziu os desequilíbrios causados pelo próprio funcionamento da economia norte-americana, isto é, preservou o lucro dos empresários, baixou os índices da produção agrícola e industrial, e controlou os altos níveis do desemprego.

Resolução:

A questão faz referência aos anos 1920 nos EUA, antevendo que a estabilidade econômica existente no país era uma ilusão que não teria como se sustentar por muitos anos, e que a crise de 1929 seria inevitável e previsível, devido à super produção, à euforia econômica, às quedas nas exportações para a Europa e aos índices de desemprego crescentes existentes naquele momento.

Alternativa D



58. Observe a tabela.

INDÚSTRIA – 1920 – PERCENTAGEM POR RAMOS

	PRODUÇÃO (VALOR)	%
Indústria da alimentação	1.200.118:000\$	40,2
Indústrias têxteis	825.400:650\$	27,6
Indústria do vestuário e toucador	246.201:560\$	8,2
Indústria de produtos químicos propriamente ditos e análogos	237.315:001\$	7,9
Outros grupos industriais	480.141:070\$	16,1
Total	2.989.176:281\$	100,0

Recenseamento do Brasil, 1920 Apud Boris Fausto, *A revolução de 1930: historiografia e história*, 1979, p. 20.

A partir dos dados, é **correto** afirmar que a indústria brasileira, em 1920,

- concentrava a sua produção em grandes fábricas, especialmente localizadas nas capitais nordestinas, com o aproveitamento das matérias-primas locais, como a juta.
- apresentava-se como a principal atividade econômica do país, superando as rendas da exportação do café, prejudicadas pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial.
- caracterizava-se pela dependência do setor agrário-exportador e pela presença pouco representativa dos ramos da infraestrutura industrial, caso da siderurgia.
- representava o sucesso da política federal de apoio à indústria de base, concretizada nas isenções tributárias e nos empréstimos públicos oferecidos aos industriais.
- revelava um crescimento sólido e surpreendente, porque contou com rígidas leis protecionistas, como a que restringia a importação de bens de consumo duráveis.

Resolução:

A questão apresenta uma tabela da produção industrial brasileira da década de 1920, subdividida por ramos de atuação industrial, explicitando que a maior parte da indústria desenvolvida no país na época ficava vinculada aos interesses dos setores agrário-exportador e que os setores industriais de base eram pouco desenvolvidos no país.

Alternativa C

59. Leia um trecho de uma entrevista com o historiador Francisco Alembert.

(...) os governos vêm sucessivamente utilizando a retórica, a imagem e o mito do governo de Juscelino, por isso ele continua tão forte e tão presente. Mas há também algo em comum na utilização de JK por esses governos. De uma forma ou de outra, eles procuram justificar o crescimento econômico dentro da democracia. Ele agradava a burguesia, porque se mostrava um governo modernizador, e também agradava a esquerda, mesmo não tendo uma política de esquerda.

Mas alcançou um crescimento realmente fantástico, nunca visto antes. O grande problema é que isso não foi dividido por toda a sociedade.

www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=102&materia=281.

A partir da entrevista, é **correto** afirmar que o chamado mito JK

- fundamenta-se em dois avanços essenciais do governo Juscelino Kubitschek: a eficiente política de combate às disparidades regionais, o que garantiu um enorme crescimento econômico do Nordeste, e a melhoria da distribuição de renda nacional por meio dos aumentos salariais do operariado.
- tem sido alimentado por diversos governos brasileiros, mesmo com posturas ideológicas diferentes, porque o ex-presidente pode ser lembrado como o autor de um importante processo de abertura da economia, como também o artífice de um desenvolvimento econômico acelerado.
- constituiu-se a partir da competência única do presidente da República em amarrar as lideranças políticas da UDN, do PTB e do PSD ao projeto de mudança da capital e construção de Brasília, compreendida por todas essas forças políticas democráticas como necessidade para o desenvolvimento nacional.
- baseia-se na capacidade política do então presidente brasileiro, líder de uma grande negociação entre as forças econômicas e políticas nacionais, que efetivou um processo de reforma agrária progressista, além da extensão dos direitos trabalhistas aos homens do campo.
- está vinculado à reconhecida sensibilidade política de Juscelino Kubitschek, que foi capaz de articular todas as principais forças políticas nacionais, formando um governo de coalizão de centro-esquerda, com a participação das mais representativas lideranças da UDN e do PSB.

Resolução:

A questão traz um texto que apresenta a ideia do mito construído sobre a imagem do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que realizou um governo de rápido desenvolvimento econômico e abertura da economia, e, desta forma, alcançou um crescimento até então nunca antes atingido no Brasil. Devido a esse crescimento, seu governo até hoje é lembrado por outros políticos, mesmo por aqueles de linhas políticas diversas. Aplica-se aqui uma ressalva à incorreção na grafia do sobrenome de Juscelino, em que algumas alternativas escrevem Kubitscheck, sendo a grafia correta Kubitschek.

Alternativa B

60. (...) dividamos a experiência (passeio na montanha-russa) em três partes. A primeira é a da ascensão contínua, metódica e persistente (...). Essa fase representa o período do século XVI até meados do século XIX, quando as elites da Europa promovem o desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria o domínio do mundo. A segunda nos precipita em uma queda vertiginosa, com a perda das referências do espaço, do que nos cerca e até o controle das faculdades conscientes (...). Isto ocorreu ao redor de 1870, com a chamada Revolução Científico-Tecnológico. (...) A terceira é a do loop, o clímax da aceleração precipitada, que representaria o atual período, assinalado por um novo surto dramático de transformações, a Revolução da Microeletrônica (...) o que faz os dois movimentos anteriores parecerem projeções em câmera lenta. (...) O aparato tecnológico torna-se cada vez mais imprevisível, irresistível e incompreensível.

Nicolau Sevcenko, *A corrida para o século XXI*, 2001, p. 14-17.

Segundo o texto,

- a) a metáfora da montanha-russa nos incita a refletir sobre o mundo moderno e contemporâneo e, por meio da Revolução Científico-Tecnológica e da Revolução da Microeletrônica, nos joga em meio às invenções, na espetacularização da sociedade, na idolatria das imagens, na velocidade das relações cotidianas e na ausência de reflexão que contempla o presentismo.
- b) a imagem da montanha-russa valoriza a tecnologia como critério histórico para medir o tempo, sua continuidade e suas rupturas, elogia o progresso, nos estimula a viver segundo as referências do passado, nos faz prever o futuro e, dessa forma, facilita a compreensão dos saltos qualitativos, tornando o homem consciente da sua ação histórica.
- c) o *loop*, ou seja, o movimento de maior velocidade das mudanças, sintetiza o processo histórico, desde o século XVI até os inícios do século XXI pois, após dominar o mundo, o homem se lança na microeletrônica, no quase invisível, o que permite a

ele o controle das situações adversas, a preservação do meio ambiente e o planejamento de uma sociedade menos violenta.

- d) o século XXI inicia-se de maneira otimista, com as transformações da Revolução Microeletrônica que permitem ao homem o domínio do meio ambiente, a facilidade dos meios de comunicação, cada vez mais democratizados, a reflexão sobre seu próprio destino enfim, um mundo mais solidário que deixou para trás as guerras e os genocídios, guiado agora pela tecnologia.
- e) o homem do século XXI tem mais condições materiais de refletir sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre as relações entre homem/homem e homem/mundo, já que a tecnologia o instrumentaliza com a democratização das informações, tornando possível compreender as mudanças, mesmo que rápidas, e o mobiliza para uma ação mais consciente.

Resolução:

A questão apresenta a metáfora de uma montanha russa ao desenvolvimento técnico-científico vivido desde o século XVI até os dias atuais, ressaltando as consequências desse processo na atualidade, quando a sociedade vive um momento de culto a ícones da tecnologia e ao presentismo, espetacularizando a sociedade e exaltando a velocidade das relações humanas atuais.

Alternativa A

COMENTÁRIO DO CPV

A questões de História do Vestibular para a Escola de Economia da FGV estavam bem distribuídas entre os temas clássicos da História, tendo sido bem introduzidas por textos de autores renomados. Apresentaram grau de dificuldade mediano.

Distribuição

- 8 História Geral
- 6 História do Brasil
- 1 História da América

História Geral

- 1 História Antiga
- 1 História Medieval
- 2 História Moderna
- 4 História Contemporânea

História do Brasil

- 2 Período Colonial
- 2 Período Imperial
- 2 Período Republicano

História da América

- 1 Independência da América